



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE

Ofício nº 444/2022/FEASE-CAF

À Senhora,

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Av. Farquar, 2986, Pedrinhas – Palácio Rio Madeira – Ed. Rio Cautário - 6º ANDAR

Porto Velho-RO - CEP: 76.801-470

Assunto: **Informações técnicas para elaboração dos Anexos da LDO 2023.**

Considerando o Ofício nº 208/2022/SEPOG-GPG ID (0023653634);

Considerando a Planilha (0023850568), segue Informações:

Demonstrativos	Breve explanação	Fundamentação Legal
1 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	Esse demonstrativo tem o objetivo de estimar possíveis riscos que podem ocorrer e impactar negativamente o equilíbrio fiscal e quais providências que serão tomadas caso esse risco se realize. Nesse exercício iremos nos auxiliar das classificações quanto a potencialidade de o evento ocorrer: Provável, Possível e Remota. Além do mais, pedimos que se atentem ao conceito de risco, as despesas que podem ser planejadas e incluídas no orçamento anual não devem estar listada neste anexo. Exemplo: realização de concurso público, Licença Prêmio em Pecúnia, Greves. Por outro lado, demandas judiciais que estão em processo de reconhecimento, frustração de arrecadação entre outros passivos contingentes devem ser informados nesse campo. Lembrando que precatórios não é risco, já é um obrigação perante o Estado.	Informo que até o momento não temos conhecimento de processo que possa originar Riscos Fiscais, para esta Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo..

<p>Estimativa de Receita (Nota Técnica da Metodologia de Cálculo discricionária adotada por receitas orçamentárias)</p>	<p>Informar a estimativa de receita, conforme Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001 atualizada, contendo: fonte de recurso, receita natureza (código), valor estimado e metodologia de cálculo utilizada para estimar a receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, conforme art. 12 da LRF.</p> <p>Caso haja receita de convênios ou operações de crédito, informar também o contrato/proposta firmados.</p> <p>Informar as receitas provenientes de Parceria Público-Privada (PPP), se houver.</p> <p>Link PT 163: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conunsta-stn/sof/me-n-103-de-5-de-outubro-de-2021-351613861</p>	<p>Informo que a Estimativa de Receita, não se aplica nesta Fundação, tendo em vista que que a mesma utiliza a fonte de recurso 0100.</p>
<p>Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Acompanhado de Nota Técnica especificando cálculo de impacto da nova despesa)</p>	<p>O objetivo desse demonstrativo é tornar publico às novas DOCC previstas, se estão cobertas por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa com a mesma característica. Sendo assim aquelas unidades que por exemplo estão prevendo a realização de concurso público, aumentos salariais, processos seletivos que se encaixem no conceito de despesa continuada da LRF, devem estar acompanhadas de suas respectivas compensações, seja um aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.</p> <p>Atenção: Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Logo, despesas de contratos continuados (água, energia...), que não possuam exigência legal, não serão consideradas DOCC.</p> <hr/> <p>Informar as novas despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC), para 2023, bem como as variações (aumento ou redução) daquelas já existentes. Caso a despesa já exista em 2022 e será manda</p>	<p>Informo que não temos Previsão de Despesas de caráter Continuado (DOCC) para o exercício de 2023.</p>

	<p>no mesmo valor para 2023, ela não deve ser informada. Devendo ser especificado o objeto da despesa (concurso público, concessão de aumentos...)</p>	
	<p>As despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC) por Parceria Público-Privada previstas para 2023 devem ser informadas separadamente das demais.</p>	
4	<p>Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos</p>	<p>Informo que a Estimativa e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, não se aplica nesta Fundação, tendo em vista que a mesma utiliza a fonte de recurso 0100.</p>
	<p>Informar as receitas realizadas por meio da alienação de ativos, discriminadas por bens móveis, imóveis, intangíveis ou rendimentos de aplicações financeiras, do exercício de 2021.</p>	
	<p>Informar ainda a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos do exercício de 2021 e a aplicação dos saldos acumulados dos exercícios anteriores.</p> <p>A aplicação deve ser segregada em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - despesa de capital (investimentos, inversões financeiras ou amortização da dívida) ou; - despesas correntes dos regimes de previdência (Regime Geral de Previdência Social ou Regime Próprio de Previdência dos Servidores). 	
5	<p>Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (Acompanhado de Nota Técnica)</p>	<p>ANEXO DE METAS FISCAIS, em atendimento ao disposto no Inciso V, § 2º do art. 4º, e caput do art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 - LRF</p>
	<p>Informar os tributos para os quais estão previstos renúncias de receita, destacando a modalidade da renúncia (anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc)</p>	
	<p>Informar os setores/programas/beneficiários a serem favorecidos</p>	
	<p>Informar a previsão da renúncia para os exercícios de 2023, 2024 e 2025</p>	
	<p>Informar quais condições irá utilizar para cada renúncia de receita, a fim de atender ao disposto no caput do art. 14 da LRF.</p>	
	<p>Indicar as medidas para</p>	

	compensação das renúncias de receita. É necessário que o valor da compensação, seja suficiente para cobrir o valor da renúncia fiscal respectiva.	
6 Estimativa de Despesas	Informar a previsão para 2023 das seguintes despesas: Despesas de Pessoal, Juros e Encargos da Dívida, Outras despesas Correntes, Investimento e Inversão Financeira	Informo que a Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, não se aplica nesta Fundação, tendo em vista que a mesma utiliza a fonte de recurso 0100.

Atenciosamente,

Gelson Bernardo das Neves

Coordenador Administrativo e Financeiro Interino/FEASE
Portaria nº 127 de 15 de fevereiro de 2022

Antônio Francisco Gomes Silva

Presidente-Fease



Documento assinado eletronicamente por **gelson bernardo das neves, Coordenador(a)**, em 25/02/2022, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Francisco Gomes Silva, Presidente**, em 26/02/2022, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0024308802** e o código CRC **605BE960**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0035.041445/2022-66

SEI nº 0024308802



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Ofício nº 823/2022/SEPOG-GPG

A Sua Excelência o Senhor,

ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA

Presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE

Nesta,

Assunto: Solicitação de informações complementares - LDO 2023.

Senhor Presidente,

1. Com nossos cordiais cumprimentos, informamos que fora realizada análise nas informações apresentadas por Vossa Excelência por meio do Ofício 444 (0024308802).
2. Na análise foi observado que a Fundação não informou a Estimativa de Despesas para 2023. Acredita-se que há equívoco nesta informação, por se tratar de unidade que executa despesas orçamentárias, conforme LOA do exercício corrente, e relatório do Quadro Demonstrativo de Despesas - QDD do Portal de Contabilidade de Rondônia.
3. Por esta razão solicitamos, gentilmente, o envio dessas informações, e de preferência que elas venham, também, em formato Excel seguindo o modelo apresentado no documento SEI PLANILHA (0023850568).
4. De forma a deixar mais clara a solicitação, o que se pede é uma estimativa das despesas a serem fixadas durante o exercício de 2023, essa servirá de subsídio para a elaboração da LOA e comporá o Anexo de Metas Fiscais do Estado de Rondônia.
5. Aproveitando o ensejo solicitamos uma análise acurada das demais solicitações feitas no Ofício 208 (0023653634), a fim de a unidade verificar se de fato não dispõe das demais informações.
6. Por derradeiro informamos que colocamo-nos a disposição para dirimir eventuais dúvidas na elaboração das informações, e solicitamos o retorno do processo com a devida resposta até o dia 10/03/2023.

Atenciosamente,

JAKELINE OLIVEIRA COSTA MACKERTE

Coordenadora de Planejamento Governamental



Documento assinado eletronicamente por **JAKELINE OLIVEIRA COSTA MACKERTE, Coordenador(a)**, em 08/03/2022, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0024434230** e o código CRC **FE7B66E5**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0035.041445/2022-66

SEI nº 0024434230



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE

Ofício nº 533/2022/FEASE-CAF

À Senhora,

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Av. Farquar, 2986, Pedrinhas – Palácio Rio Madeira – Ed. Rio Cautário - 6º ANDAR

Porto Velho-RO - CEP: 76.801-470

Assunto: **Informações técnicas para elaboração dos Anexos da LDO 2023.**

Considerando o Ofício nº 823/2022/SEPOG-GPG ID (0024434230);

Considerando a Planilha (0023850568), segue Informações:

Demonstrativos	Breve explanação	Fundamentação Legal
1 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	Esse demonstrativo tem o objetivo de estimar possíveis riscos que podem ocorrer e impactar negativamente o equilíbrio fiscal e quais providências que serão tomadas caso esse risco se realize. Nesse exercício iremos nos auxiliar das classificações quanto a potencialidade de o evento ocorrer: Provável, Possível e Remota. Além do mais, pedimos que se atentem ao conceito de risco, as despesas que podem ser planejadas e incluídas no orçamento anual não devem estar listada neste anexo. Exemplo: realização de concurso público, Licença Prêmio em Pecúnia, Greves. Por outro lado, demandas judiciais que estão em processo de reconhecimento, frustração de arrecadação entre outros passivos contingentes devem ser informados nesse campo. Lembrando que precatórios não é risco, já é um obrigação perante o Estado.	Informo que até o momento não temos conhecimento de processo que possa originar Riscos Fiscais, para está Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo..

<p>Estimativa de Receita (Nota Técnica da Metodologia de Cálculo discricionária adotada por receitas orçamentárias)</p>	<p>Informar a estimativa de receita, conforme Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001 atualizada, contendo: fonte de recurso, receita natureza (código), valor estimado e metodologia de cálculo utilizada para estimar a receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, conforme art. 12 da LRF.</p> <p>Caso haja receita de convênios ou operações de crédito, informar também o contrato/proposta firmados.</p> <p>Informar as receitas provenientes de Parceria Público-Privada (PPP), se houver.</p> <p>Link PT 163: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conunta-stn/sof/me-n-103-de-5-de-outubro-de-2021-351613861</p>	<p>Informo que a Estimativa de Receita, não se aplica nesta Fundação, tendo em vista que que a mesma utiliza a fonte de recurso 0100.</p>
<p>Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Acompanhado de Nota Técnica especificando cálculo de impacto da nova despesa)</p>	<p>O objetivo desse demonstrativo é tornar publico às novas DOCC previstas, se estão cobertas por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa com a mesma característica. Sendo assim aquelas unidades que por exemplo estão prevendo a realização de concurso público, aumentos salariais, processos seletivos que se encaixem no conceito de despesa continuada da LRF, devem estar acompanhadas de suas respectivas compensações, seja um aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.</p> <p>Atenção: Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Logo, despesas de contratos continuados (água, energia...), que não possuam exigência legal, não serão consideradas DOCC.</p> <hr/> <p>Informar as novas despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC), para 2023, bem como as variações (aumento ou redução) daquelas já existentes. Caso a despesa já exista em 2022 e será manda</p>	<p>Informo que não temos Previsão de novas Despesas de caráter Continuado (DOCC) para o exercício de 2023.</p>

	no mesmo valor para 2023, ela não deve ser informada. Devendo ser especificado o objeto da despesa (concurso público, concessão de aumentos...)	
	As despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC) por Parceria Público-Privada previstas para 2023 devem ser informadas separadamente das demais.	
4 Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	Informar as receitas realizadas por meio da alienação de ativos , discriminadas por bens móveis, imóveis, intangíveis ou rendimentos de aplicações financeiras , do exercício de 2021.	Informo que a Estimativa e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, não se aplica nesta Fundação, tendo em vista que a mesma utiliza a fonte de recurso 0100.
	Informar ainda a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos do exercício de 2021 e a aplicação dos saldos acumulados dos exercícios anteriores.	
	A aplicação deve ser segregada em: - despesa de capital (investimentos, inversões financeiras ou amortização da dívida) ou; - despesas correntes dos regimes de previdência (Regime Geral de Previdência Social ou Regime Próprio de Previdência dos Servidores).	
5 Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (Acompanhado de Nota Técnica)	Informar os tributos para os quais estão previstos renúncias de receita, destacando a modalidade da renúncia (anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc)	ANEXO DE METAS FISCAIS, em atendimento ao disposto no Inciso V, § 2º do art. 4º, e caput do art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 - LRF
	Informar os setores/programas/beneficiários a serem favorecidos	
	Informar a previsão da renúncia para os exercícios de 2023, 2024 e 2025	
	Informar quais condições irá utilizar para cada renúncia de receita, a fim de atender ao disposto no caput do art. 14 da LRF.	
	Indicar as medidas para	

	compensação das renúncias de receita. É necessário que o valor da compensação, seja suficiente para cobrir o valor da renúncia fiscal respectiva.	
6 Estimativa de Despesas	Informar a previsão para 2023 das seguintes despesas: Despesas de Pessoal, Juros e Encargos da Dívida, Outras despesas Correntes, Investimento e Inversão Financeira	Segue estimativa de despesa para o exercício financeiro de 2023. Planilha ID (0024542395)

Respeitosamente,

Silvanio Robson dos Santos Oliveira
Coordenador Administrativo e Financeiro /FEASE



Documento assinado eletronicamente por **Silvanio Robson dos Santos Oliveira, Coordenador(a)**, em 10/03/2022, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0024541773** e o código CRC **C4446A1E**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0035.041445/2022-66

SEI nº 0024541773

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 ANO DE 2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

ESTIMATIVA DE RECEITA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DE RECEITA	FONTE DE RECURSO	2023	2024	2025	METODOLOGIA DE CÁLCULO

¹Identificar Natureza de receita através da última versão disponível do Ementário do STN, disponível em:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/ementario-da-classificacao-por-natureza-de-receita-tabela-de-codigos/2022/26-2>

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

ANO DE 2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 ANO DE 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras			
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2021 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2020 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2019 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
ANO DE 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
TOTAL						-

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

ESTIMATIVA DE DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	2023	METODOLOGIA DE CÁLCULO
DESPESAS DE PESSOAL , AUXÍLIOS E ENCARGOS.				
230030	319011	0100	R\$ 24.549.811,79	Base de cálculo foi os meses de janeiro e fevereiro de 2022 baseado no novo plano de cargo carreira e salários lei complementar 1.124 de 23 de dezembro de 2021
230030	319016	0100	R\$ 651.224,41	
230030	339008	0100	R\$ 816,00	
230030	339046	0100	R\$ 1.047.410,28	
230030	339049	0100	R\$ 632.641,86	
230030	339093	0100	R\$ 861.000,00	
230030	319013	0100	R\$ 67.171,30	
230030	319113	0100	R\$ 2.954.057,41	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				
Não houve movimentação financeira desta natureza				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
230030	339030	0100	R\$ 2.136.822,86	Base cálculo utilizada foi os exercícios de 2019, 2020 e 2021 e índices de mercado IGP-M, IPCA e IGP-DI.
230030	339039	0100	R\$ 2.703.332,53	
230030	339014	0100	R\$ 220.206,00	
230030	339036	0100	R\$ 40.304,00	
230030	339033	0100	R\$ 25.000,00	
230030	339040	0100	R\$ 225.000,00	
230030	339147	0100	R\$ 8.000,00	
230030	339092	0100	R\$ 67.699,36	
230030	335043	0100	R\$ 299.904,12	
INVESTIMENTO				
230030	449152	0100	R\$ 199.372,96	Base cálculo utilizada foi os exercícios de 2019, 2020 e 2021 e índices de mercado IGP-M, IPCA e IGP-DI
INVERSÃO FINANCEIRA				
Não houve movimentação financeira desta natureza				

¹Identificar Natureza de despesa através da última versão disponível do Manual Técnico de Orçamento, disponível em: <http://www.sepoq.ro.gov.br/Conteudo/Exibir/427>